

Desoneração: governo e Congresso fecham acordo

Negociação entre os Poderes estabeleceu que a volta da cobrança do imposto sobre a folha de pagamento será gradual a partir de 2025. Representantes dos setores envolvidos consideraram a alternativa aceitável

VICTÓRIA ABEL, LETÍCIA CARDOSO E LILIANA REIS
reportagem@oglobo.com.br

O governo Lula e o Congresso Nacional fecharam acordo sobre o modelo de reoneração gradual da folha de pagamento dos 17 setores da economia intensivos em mão de obra. Esse entendimento foi confirmado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A desoneração alcança setores que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Entidades empresariais e sindicatos ressaltam que é importante para a geração e manutenção de emprego e renda. Esse modelo permite que empresas substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários, por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento — que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor.

O acordo prevê que a contribuição continuará este ano sobre o faturamento. A partir de 2025, haverá aumento progressivo da cobrança sobre a folha, chegando em 5%, que será acompanhado da redução gradual do tributo sobre o faturamento, de forma a equalizar a carga tributária.

—(Em 2024) mantivemos esta desoneração da folha. A partir de 2025, reconhecendo a inconstitucionalidade,

estabelecendo a reoneração, 5% no primeiro ano, 10% no segundo ano. A partir do momento que vai onerar a folha, vai desonerar pelo faturamento na mesma proporção. Para o mês de maio, nada mudou, se recolhe em cima do faturamento — explicou o presidente do Senado.

13º SALÁRIO DESONERADO
O acordo será entregue ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deverá homologar a proposta até dia 20, de acordo com Haddad. Essa data é importante porque, se não houvesse mudança até lá, as empresas precisariam pagar 20% sobre a folha. No mês passado, o ministro Cristiano Zanin, do STF, suspendeu a desoneração. Por isso, caberia a ele homologar o acordo.

Haddad disse que enviará ao Congresso, em seguida, um projeto com a estimativa de impacto fiscal da proposta e possível compensação. —Vamos ingressar com um pedido de remodelação da legislação (no STF). A Fazenda vai ter que encontrar uma compensação para isso, de acordo com a lei de responsabilidade. Estamos assumindo a responsabilidade desse encaminhamento, a bola está conosco para, após a homologação e fixação dos cálculos, encaminharmos essa compensação.

O ministro explicou ainda que o décimo terceiro salário



Negociação. Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e o ministro Fernando Haddad explicam novo modelo de cobrança

permanecerá desonerado até 2027, conforme pedido das empresas. —Estamos buscando uma convergência do Executivo com o Legislativo, a partir de uma premissa fundamental, que é a maturidade política e do diálogo como solução dos problemas — disse Pacheco. O acordo com os municípios para a manutenção da desoneração não foi fechado e será debatido na semana que vem no Senado, com a presença de representantes dos prefeitos, além do ministro. Haddad se comprometeu a enviar uma proposta de reforma

matrabitária da folha de pagamento, assim como do Imposto de Renda, logo depois da segunda parte da regulamentação da reforma do consumo chegar ao Congresso. —Nós, a partir do momento que encaminhamos para a segunda lei complementar, referente ao imposto sobre consumo, vamos dedicar a reforma da renda e da folha de pagamento. Esse tipo de imposto precisa ser reformado. Se formos perseverantes, teremos antes de 2027 a aprovação de um substitutivo, algo que faça mais sentido que o atual modelo. Tenho seguran-

ça em afirmar que 2025 será o de deliberar uma alternativa para isso (reforma da folha de pagamento). O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, Fernando Fimentel, considera a proposta positiva diante do imbróglio que o assunto havia se tornado. A estratégia de retornar com as cobranças paulatinamente, em sua visão, é um caminho do meio que resolve o problema no curto prazo. —Vamos debater e a solução nesse contexto, porque eliminamos a imprevisibilidade que estávamos vivendo. Mas precisa-

mos diminuir o custo do trabalho formal. Temos um contingente enorme de pessoas na informalidade e novas formas de trabalho. Certamente não será aumentando o custo do emprego formal que iremos gerar novas vagas.

REPROGRAMAÇÃO
Vivien Suruagy, presidente da Feninfra (federação de call center, instalação e manutenção de infraestrutura de redes), diz que é preciso uma análise mais profunda para avaliar qual o efeito da proposta nos próximos anos. —A decisão traz tranquilidade, já estávamos contando com a certeza de demissão no nosso setor. Com esse fôlego nesse ano, agora estamos nos reprogramando.

Marcos Bicalho dos Santos, diretor de Gestão da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, considera o acordo um meio-termo. —Esse processo de transição é melhor do que a decisão radical, mas tem desvantagens na tarifa pública. Não tem outra forma de resolver.

Ricardo Santini, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal, diz que a mudança do que é feito hoje pode elevar custos e preços. —Gostariamos que ficasse como está, mas estamos dispostos a conversar com o governo. De qualquer forma, vamos cumprir a lei.

Mercadante defende aportes do Tesouro devido a perdas com FAT

Lucro do BNDES tem salto de 59% no primeiro trimestre, a R\$ 2,7 bilhões



BNDES. Aportes do Tesouro tornaram-se necessários para aprovar uma PEC, de acordo com o Acórdão Mercadante

VINÍCIUS NEDER
vinicius.neder@oglobo.com.br

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, exortou ontem o Tesouro Nacional a cobrir eventuais perdas da instituição de fomento em relação aos recursos que tem a receber do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O FAT é a principal fonte de recursos do banco desde a Constituição de 1988. Uma alteração promovida pela Reforma da Previdência, em 2019, reduziu o montante que cabe ao BNDES e colocou o INSS no rol de itens financiados pelo fundo, concorrendo com o

banco pelos recursos. Como mostrou O GLOBO esta semana, o BNDES quer, com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, convencer o Palácio do Planalto a aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para reverter a inclusão do INSS no rol de despesas financiadas pelo FAT.

AMPLIAR RECURSOS
Ontem, Mercadante afirmou que uma PEC poderá não ser necessária, se o Tesouro cobrir os valores. —O ideal seria uma mudança constitucional, mas não é a única possibilidade. O Tesouro pode, por exemplo, cobrir eventual perda

do BNDES venha a ter em relação a devoluções ao FAT. Não tem incidência sobre o superávit primário, é uma operação financeira. Isso só está na pauta a partir de 2026. Mercadante evitou responder se, sem as mudanças no FAT, seria possível cumprir as projeções de desembolsos para este ano, entre R\$ 130 bilhões e R\$ 160 bilhões, o que representaria um avanço de pelo menos 13% sobre o ano passado. Em 2023, o banco de fomento liberou em torno de R\$ 115 bilhões. Por outro lado, o presidente do BNDES resultou uma série de medidas que têm si-

do tomadas para ampliar as fontes de recursos da instituição de fomento.

Entre elas estão o aporte de cerca de R\$ 10 bilhões no Fundo Clima, com recursos oriundos de "títulos verdes" emitidos pelo Tesouro no exterior; a captação de valores junto a instituições multilaterais, que foi de US\$ 3,2 bilhões em 2023 e tem mais US\$ 4,6 bilhões a entrar entre este ano e 2025; e a proposta de criação da LCD, um título específico de renda fixa para bancos de desenvolvimento captarem no mercado.

DESEMBOLSOS CRESCEM 22%

Ao anunciar os resultados financeiros, o BNDES informou ter registrado um lucro líquido recorrente de R\$ 2,7 bilhões no primeiro trimestre, salto de 59% perante os três primeiros meses de 2023. Já o lucro contábil, engordado, principalmente, por dividendos da Petróbras e recuperações de crédito, foi de R\$ 5,2 bilhões, 25% acima do registrado no mesmo período do ano passado.

O BNDES também confirmou um salto de 22% nos desembolsos para financiamentos ativos, na comparação do primeiro trimestre com igual período de 2023. O crescimento já havia sido informado publicamente por Mercadante.

Nos três primeiros meses deste ano, o banco liberou R\$ 23,3 bilhões — em termos reais, descontada a inflação, o crescimento em relação a 2023 foi de 17,2%. Este foi o melhor desempenho para primeiros trimestres desde 2016, quando o BNDES liberou R\$ 27 bilhões, em valores atualizados pela inflação.

'Bets': parlamentares derrubam veto de Lula

Isenção do IR para prêmios de até R\$ 2,1 mil fica mantida. Governo editou portaria no mesmo sentido

LAURIBERTO POMPEU
e VICTÓRIA ABEL
reportagem@oglobo.com.br

O Congresso decidiu derrubar ontem veto feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lei que regulamenta e prevê uma taxa sobre as apostas on-line, o que inclui jogos virtuais esportivos e não esportivos. O presidente havia decidido, a pedido do Ministério da Fazenda, vetar a isenção da cobrança de Imposto de Renda para ganhos que representassem menos de R\$ 2.112. Com a decisão do Legislativo, a isenção foi retomada.

Nesta semana, o governo já havia recuado e editado portaria que fixava a isenção para ganhos de até R\$ 2,2 mil, mas a legislação aprovada pelo Congresso dá mais segurança jurídica. Pela lei, as empresas de apostas ou bets serão taxadas em 12% sobre suas receitas, já os ganhadores serão tributados em 15% sobre seus prêmios. As companhias de sites que quiserem se regularizar

precisam pagar uma outorga de R\$ 30 milhões, que valerá por cinco anos.

O valor somado de prêmios a ser tributado será apurado anualmente, ao fim de cada ano fiscal, com a compensação entre ganhos e perdas. A inclusão dos cassinos on-line estava prevista no projeto original, mas foi incluída pela Câmara. Por conta da resistência da bancada evangélica, o trecho chegou a ser suprimido no Senado, mas voltou após passar por uma nova votação dos deputados. Hoje, os cassinos são proibidos na modalidade presencial.

Pelos cálculos do governo, a taxa vai render R\$ 12 bilhões aos cofres públicos. O imposto de 12% será distribuído para as áreas da educação, segurança pública, esporte, seguridade social, turismo e saúde. As apostas esportivas on-line são legalizadas no Brasil desde 2018, após o Congresso aprovar uma medida provisória editada pelo então presidente Michel Temer. A atividade, no entanto, não havia sido regulamentada ainda.

AVISO DE LICITAÇÃO
POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS - AVISO DE LICITAÇÃO
Poderá ser PRECISO ELETRÔNICO nº 10880 02/2024. Objeto: Aquisição de ESTEREOGRAMAS (3D), TIPO TRIANGULAR. Processo Nº 02.004.000/2024-06. Abertura dia 29/05/2024, às 08:00 horas, no site eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser consultado no endereço: www.compras.mg.gov.br. O licitante deverá apresentar proposta técnica e financeira, acompanhada de todos os documentos exigidos no Edital, e encaminhar, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão de compra, POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS, Rua Vitorino, nº 100, sala 202, Centro, CEP 30130-000, Belo Horizonte, Minas Gerais. Análise da Policia Civil. Diretor de Aquisição/DFP/PCMG.

MINAS GERAIS